

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO PAULO**

**ESCOLA PAULISTA DE POLÍTICA, ECONOMIA E NEGÓCIOS – EPPEN**

**Curso de Relações Internacionais**

**ANDREY SANTOS REIS**

**A Influência de Síria e Israel na Guerra Civil Libanesa (1975-1990)**

Trabalho de conclusão de curso  
entregue no formato de artigo  
científico, conforme definido  
pelo Projeto Pedagógico do  
Curso de Relações Internacionais  
e em cumprimento das DCNs do  
Curso de Relações Internacionais  
(MEC/CNE)

Orientador: Fábio Luis dos  
Santos

Osasco  
2022

## **RESUMO**

A ascensão do nacionalismo árabe, em especial, a partir da eleição de Gamal Abdel Nasser no Egito, em 1954, inundou as populações da região com projetos alternativos de sociedade, e não foi diferente no Líbano. O chamado “país dos cedros” manteve o sistema confessional, mesmo após a independência, o que significava uma distribuição das cadeiras do executivo e do gabinete ministerial de acordo com a representatividade de cada religião na sociedade libanesa. Conforme a característica demográfica do país se alterava, em favor da população muçulmana, começou a gerar incômodo entre os maronitas (cristãos), os quais também passam a aumentar a pressão sobre o governo para não se envolver nas questões do mundo árabe, temendo perda de representatividade política ou até uma mudança de regime. A incapacidade do governo de lidar com as questões internas, somada ao agravamento dos conflitos confessionais e à mudança demográfica levam ao estopim da guerra civil, em 1975. E, apesar da intervenção Síria, e da própria invasão de Israel na tentativa de expulsar a OLP, o conflito só se encerra em 1990. Sendo assim, o presente trabalho busca entender as reais motivações por trás dessas duas ingerências, bem como a influência de seus interesses estratégicos para o agravamento do conflito.

**PALAVRAS-CHAVE:** Nacionalismo árabe; sistema confessional; Líbano; guerra civil; conflito; comunidades; muçulmanos; maronitas; palestinos.

## INTRODUÇÃO

Esta pesquisa busca lançar luz sobre a guerra civil libanesa e as influências externas, sobretudo de Israel e Síria. O conflito, que ocorreu de 1975 a 1990, tem raiz na organização confessional do sistema político, e que sofria muitos reveses com as disputas por representação política entre as comunidades, principalmente com a mudança demográfica a partir do Nakba, em 1948, responsável por levar mais de 100mil palestinos refugiados em direção ao Líbano (GARI, 2006). Esse fato contribuiu para o aumento das tensões no país, dado o receio dos maronitas – aqueles com maior representatividade no sistema político até então – de perderem a maioria conforme a chegada dos muçulmanos virasse a balança contra eles.

Após 1 ano de início do conflito, a Síria é chamada a intervir para resolver, porém sem sucesso. Israel também é outro interventor, porém num contexto de embate com os feddayins e aliança com a comunidade cristã local. Sendo assim, as perguntas a serem respondidas são: se o conflito tinha raiz no sistema confessional, por que nenhuma das potências se comprometia a fomentar a derrubada desse sistema? Quais eram os reais interesses desses países em ambas as intervenções? Qual o impacto delas no decorrer do conflito?

A hipótese baseia-se na possibilidade de que o conflito em si não tenha sido apenas devido à questão do sistema confessional. Nesse sentido, é possível que os interesses escusos das potências regionais acima mencionadas o tenham agravado, ao se utilizarem das divisões internas e tensões entre as comunidades religiosas como fonte de manipulação, para assim garantirem sua influência no país e colocarem em prática seus projetos estratégicos para o Estado libanês.

O trabalho busca contribuir com uma perspectiva mais crítica a respeito da guerra civil libanesa, tendo como foco as atuações intervencionistas de potências regionais. Assim, é possível ir além do consenso midiático, bastante restrito a uma visão estritamente cultural, sem muito considerar as influências externas. Além disso, entender as motivações desses atores, em especial de Israel, permite trazer mais pontos a respeito das ingerências desse Estado em mais uma nação do mundo árabe, bem como o impacto que essas ações, inclusive a ocupação militar dos territórios da palestina, apresentam para as nações da região.

Para a análise do papel da Síria e Israel na Guerra Civil Libanesa, considerando a relação com o nacionalismo árabe e a questão palestina, será realizada uma pesquisa

teórica, qualitativa, com base no levantamento bibliográfico feito a respeito da conjuntura da época e dos conflitos mencionados. Além disso, o método hipotético-dedutivo será utilizado para verificar as reais intenções por trás das interferências de ambas as potências, bem como os impactos delas no decorrer da guerra.

## FORMAÇÃO E INDEPENDÊNCIA

Mesmo antes de se tornar um Estado propriamente dito, o Líbano já se apresentava como um mosaico étnico-religioso: maronitas (cristãos), muçulmanos sunitas, xiitas, drusos, além de outras minorias, como gregos e armênios ortodoxos, católicos sírios e também armênios, protestantes, alauítas, dispersos por todo o território nacional (GARI, 2006). Sob o Império Otomano, a região do Monte Líbano gozava de relativa autonomia ao longo dos tempos, e já no século XIX se deparava com conflitos entre as comunidades, a exemplo da generalização das disputas entre Drusos e Maronitas entre as décadas de 40 e 60. Segundo Gari, 2006, essas perturbações foram inclusive aprofundadas com a penetração dos europeus, em especial da França, que por sua vez apoiava um clero maronita e de origem campesina como palanque para seus interesses coloniais. Em paralelo, havia a presença da Inglaterra, que buscava apoiar os drusos justamente para barrar esse avanço Francês.

Já com a Primeira Guerra Mundial os fatos se deslocam com certas particularidades. As interferências europeias continuam, porém, dentro de um contexto de oposição de franceses e britânicos ao Império Otomano. Quanto aos primeiros, o objetivo era concretizar o antigo propósito de dominação da região da Síria e, portanto, optaram por conquistar a aderência da comunidade cristã, a qual temia a criação de um Estado árabe e muçulmano. A aderência era de tal proporção que esses grupos, por vezes, pediam a criação de um Estado separado para eles. Quanto aos britânicos, os esforços foram coordenados de forma a incentivar revoltas árabes, nacionalistas, contra o domínio turco, e reforçar as alianças com os antigos companheiros no Líbano, os drusos. Nessa linha, temos o exemplo da revolta liderada pelo xerife de Meca, Hussein al-Hashemi, a partir da qual os britânicos objetivavam conquistar sua aderência prometendo o estabelecimento de um estado árabe em todas as províncias muçulmanas otomanas (JUNIOR, 2014).

Com o final da guerra em 1918 e o estabelecimento do acordo de Sykes-Picott, a partilha dos territórios otomanos coloca sob julgo britânico as regiões do Iraque, Jordânia e a parcela mais ao interior da Síria, enquanto Líbano, norte e litoral da Síria, e uma parte da Turquia sob julgo Francês (JUNIOR, 2014). Assim, dois anos mais tarde, o mandato francês estenderia as fronteiras do Líbano anexando os territórios ao sul, o vale de Bekaa, a cadeia do Antilíbano, até Nahr al-Kabir ao norte, e as quatro grandes cidades costeiras, quais sejam Beirute, Sidon, Tiro e Tripoli, formando o chamado “Grande Líbano” – nome

dado ao país com suas fronteiras históricas (TRABOULSI, 2007). Contudo, essa extensão não levou em conta a presença majoritária de muçulmanos entre a população da região, cuja ligação era com o interior da Síria e, portanto, se recusavam a pertencer ao Líbano. O resultado foram revoltas de Drusos, sunitas, xiitas, e até de cristãos ortodoxos durante os primeiros anos da década, todas reprimidas severamente pelas tropas francesas, com execuções e castigos coletivos. (JUNIOR, 2014).

Tais fatos já apresentavam uma tendência recorrente na história contemporânea do país: a manipulação de fragilidades e divisões internas entre as comunidades para favorecer propósitos coloniais e imperialistas, o já conhecido “dividir para conquistar”. Não à toa, durante o período de negociação da Constituição de 1926, a França fez questão de colocar poder de veto sobre decisões importantes, de dissolver as câmaras e o parlamento, e de suspender a constituição; bem como de manter o sistema confessional, que apesar das modificações posteriores e dos decretos que incluíam a noção de comunidade histórica, sempre excluiu os muçulmanos do cenário político (JUNIOR, 2014). No final das contas, o mandato francês, apesar de permitir a construção da constituição, significou a continuidade da colonização francesa no Líbano.

A completa independência do país acontece apenas em 1943, depois de uma intensa crise política devido às intervenções da França. Enquanto os libaneses tentavam uma série de reformas em direção ao encerramento do mandato francês, esse último relutava em aceitar a independência, afirmando que o Líbano ainda era ‘premature’ para tal, e seguiu para prender o presidente eleito em Setembro de 1943, Bechara el-Khoury, seu primeiro-ministro Riad el-Solh e os companheiros de gabinete, além de dissolver a câmara e a constituição. Nesse sentido, por todo o país estouraram manifestações com lideranças de partidos, sindicatos e de grupos como Kataeb e Najjada, os quais pediam a libertação dos presos. Uma vez que a reação dos franceses era de maior violência, repressão e toque de recolher, a solução efetivamente só aparece após pressão dos britânicos pela libertação dos presos e da condenação de países como Egito, Arábia Saudita, Iraque e os próprios EUA. Assim, De Gaulle envia Catroux ao Líbano para negociar a independência, e os presos retornam no dia 22 de novembro de 1943, data lembrada como dia oficial da independência (JUNIOR, 2014).

## **NACIONALISMO ÁRABE E A GUERRA NA PALESTINA**

Como já foi dito, mesmo independente, o país dos cedros manteve sua organização política baseada no sistema confessional, no que é conhecido como “Pacto de 1943”. Assim, as responsabilidades governamentais foram divididas entre os líderes das comunidades cristãs e muçulmanas, de forma proporcional às suas demografias. Enquanto a comunidade maronita permanecia política e demograficamente dominante, a continuidade desse formato não ameaçava sua predominância, o que seria alterado anos mais tarde com os eventos na Palestina e as movimentações no mundo árabe (DAWISHA, 2002).

O conflito gerado pela invasão de Israel sobre Gaza e Cisjordânia terminou por ser o grande catalisador da ressurgência do nacionalismo árabe. A noção da proximidade cultural e unidade orgânica dos povos da região, há muito espalhada no Oriente Médio, era muito apelativa para aquelas populações sensibilizadas com os fatos. No artigo de abertura da constituição, promulgada em 1947, do Partido Baath – uma das principais organizações promotoras dessas ideias - mencionava o direito natural do povo árabe de viver em um único Estado, e que formavam uma nação. Isso significa que o movimento nacionalista árabe não apenas reivindicava a proximidade cultural, mas lutava, em última instância, pelo reconhecimento e construção da união política do povo árabe sob um único estado soberano (DAWISHA, 2002). Sendo assim, não é difícil de imaginar o quanto a ocupação militar de Israel na Palestina estremeceu a região.

Como exemplo, pode-se levar em conta os reflexos do Nakba no próprio Líbano. Enquanto que a comunidade muçulmana sunita, em sua maioria, permaneceu a favor da causa palestina e contra o Sionismo, os maronitas apoiavam fortemente o Estado de Israel, enxergando no sionismo uma extensão da sua visão a respeito do Líbano ser “terra natural” dos maronitas. Émile Eddé, Charles Corm, patriarca ‘Arida são alguns nomes do mainstream político libanês que mantinham contatos regulares com lideranças judaicas na palestina. Drusos e xiitas foram mais cautelosos, apoiando a causa palestina somente quando a guerra de 1948-49 estava próxima, na qual o Estado libanês entrou do lado dos países árabes (ZISSER, 2000).

O início da guerra produz 114.000 refugiados palestinos em direção ao Líbano, o que aumenta as tensões políticas entre as comunidades, devido ao movimento desfavorável na balança demográfica que isso gerava para os cristãos. Além disso, protestos ocorriam por todo o Líbano contra as medidas do governo de el-Khuri, bem como em relação à posição dos países árabes sobre as reivindicações palestinas, os quais acabam colocando-as em segundo plano no decorrer da guerra. O próprio Nasserismo, a

partir de 1956 influencia no conteúdo dos movimentos muçulmanos no Líbano, que viam nele um unificador e líder, de fato, da causa árabe, em detrimento da queda de popularidade do arabismo moderado de Chamoun, então presidente (GARI, 2006).

## **AS DÉCADAS ANTERIORES À GUERRA**

Governando o país de 1952 a 1958, Chamoun desagradou bastante uma parcela significativa da população devido às ações tomadas no contexto da ascensão do nasserismo, das revoltas árabes e a nacionalização de Suez. Enquanto que a oposição árabe queria corte de relações com franceses e britânicos pela intervenção no Egito, Chamoun buscava manter um Líbano cristão e pró-ocidental, além de ter manipulado a campanha eleitoral em seu favor, aceitando a Doutrina Eisenhower em troca de apoio militar, e recorrido a medidas autoritárias, como banir jornais egípcios, intimidar a oposição e interromper seus comícios, além de prisões preventivas de jornalistas críticos do governo e de sua pessoa (WINSLOW, 1996).

### **O Projeto Chehabista**

Com a posse de Chehab e Karamé nas eleições seguintes o cenário se modifica. O país dá início a um conjunto de reformas sociais e políticas, com o objetivo de modernizar o Líbano, e desenvolver as regiões tradicionalmente esquecidas pelos governos, notadamente as de predominância muçulmana. Houve realização de obras públicas, instalação de serviços de infraestrutura, educação, saúde pública e até de seguridade social. Também buscou uma espécie de coordenação com os principais líderes das comunidades, mesmo com suas diferentes perspectivas e visões de mundo, como Gemayel das Falanges Libanesas, partido de inspiração fascista, e Jumblatt, do Partido Socialista Progressista (PSP). Muito embora Chehab tenha apresentado um caráter conciliatório e unificador, é importante notar que as tensões de ordem comunitárias não cessaram, pois essas identidades permaneceriam mais fortes em detrimento de uma punica libanesa (JUNIOR, 2014).

Apesar de instalar um mínimo de welfare state, as reformas não teriam agradado a todos, em especial o conjunto da direita conservadora cristã, as famílias Chamoun, Gemayel, Eddé e Frangieh. Após a posse do sucessor de Chehab em 1964, Charles Helou, esses clãs passam a organizar uma linha de oposição liberal, com o objetivo de



desmantelar seu projeto de unidade nacional e de um tímido Estado de bem-estar. (MAALOUF, 2011).

Além da pressão exercida por essa frente, seu governo enfrentou mais uma escalada da inflação, a deterioração das condições de vida da população, e a crise financeira e econômica que se instala após a falência do maior banco do país em 1966: o Intra. Os efeitos dessa quebra são sentidos no conjunto do sistema financeiro, bem como em todo o sistema econômico do país e até nas relações exteriores, sofrendo pressões da Arábia Saudita para um maior controle do apoio da população libanesa ao Nasserismo (GARI, 2006). Riad liderava uma frente de oposição liberal e islâmica contra o nacionalismo árabe e laico de Nasser, e conforme parte da própria sociedade libanesa declarava apoio ao líder egípcio, os sauditas se valeram da crise do Intra para exigir o distanciamento do Líbano em relação ao Egito, prometendo bloquear o oleoduto de Sidon, e cortar uma parcela significativa dos laços financeiros e monetários entre ambos (JUNIOR, 2014).

Assim, o estalar da derrocada de sua administração viria do agravamento das tensões confessionais e regionais. Apesar da tentativa do país de se manter neutro em relação aos assuntos árabes, a polarização da sociedade libanesa só crescia, especialmente após a fundação da OLP em 1964, a ascensão do recrutamento para a organização – principalmente pelo sul -, e o aumento das hostilidades na palestina. Nesse sentido, a pressão sobre o governo crescia exponencialmente, recebendo, de um lado, demandas mais duras da comunidade cristã e conservadora para com os *fedayins*, e de outro, os muçulmanos desejosos de maior envolvimento libanês no conflito em Gaza e Cisjordânia (GARI, 2006).

Na verdade, essa busca por neutralidade se traduzia em dificuldades de posicionamento e em inércia. Ainda, em 1964 quando se elevavam as desavenças com os israelitas pelas águas, o Líbano solicita ajuda dos países árabes, numa reunião da Liga Árabe em Cairo, para manter o desvio das águas de Hasbani - afluente do Rio Jordão - ao estabelecer um Comando Árabe Unificado na fronteira com Israel, evitando assim possíveis retaliações do vizinho do sul. Na mesma conferência, fora decidido paradoxalmente pela instalação de unidades da OLP no país. Entretanto, a oposição cristã a ambas as atitudes governo libanês aumentara, assim como o tratamento das autoridades dado aos palestinos não estava em conformidade com os acordos estabelecidos na conferência, e como consequência, as primeiras disputas armadas começam já em 1966 entre *fedayins* e o exército libanês (JUNIOR, 2014). Ou seja, essa busca por acenar para

ambos muçulmanos e cristãos, no final, demonstrava ausência de uma resposta efetiva para minimizar as hostilidades.

Porém, do outro lado havia o aumento das incursões de Israel no sul do Líbano, com a justificativa de expulsar os fedayins. Com o estalar da Guerra dos Seis Dias em 1967, e a escalada das contendas na palestina, a pressão aumentava sobre um governo que insistia na neutralidade. Tais eventos foram responsáveis pela migração de mais milhares de palestinos para a Síria e Líbano, se juntando ao outro contingente que já vivia em condições precárias no país. Portanto, essa atitude das autoridades libanesas tornava-se insustentável, em especial com a intensificação da guerrilha palestina contra a ocupação israelense, a partir do sul do Líbano. À esse fato soma-se a anuência do exército no ataque ao aeroporto de Beirute, em 1968, cujo alto comando maronita era favorável a luta contra os combatentes palestinos. Nessa linha, com o consentimento de Helou, o general Emile Bustani firma o Acordo de Cairo, em 1969, cujos termos sancionavam garantias básicas para os refugiados palestinos, como direito ao trabalho, residência, livre movimentação, e formação de comitês locais para cuidar de seus interesses, ao passo que regulamentava a atividade armada e os ofícios da OLP, desde que respeitados os princípios da não-ingêrência e da soberania do Estado libanês (GARI, 2006). A esse respeito, Gari, 2006, comenta:

(...) Por lo que respecta a la actividad de los comandos palestinos se llegó al acuerdo de facilitar sus movimientos, estableciendo para ello lugares fronterizos de libre paso, y se señaló, de manera específica, la libre circulación por la carretera de Arkoub para los fedayines palestinos. A la vez se estipuló que serían los propios comandos palestinos los encargados de controlar a sus activistas en los asuntos de orden público, previa aceptación por parte de la OLP de no interferir en los asuntos libaneses. Esta parte del acuerdo sería verificada en el terreno por un comité conjunto palestino-libanés. Las dos partes se comprometían a cesar las campañas de acusaciones mutuas, y los palestinos quedaron emplazados a elaborar un censo de sus comandos y militantes armados y enviar dicha información a la parte libanesa. Los libaneses asumirían tareas de apoyo logístico con relación a evacuaciones, apoyo médico y sustentación de centros de actividad de los comandos en la retaguardia (GARI, p.109).

## **A Administração Frangié**

O início da década de 70, portanto, não poderia apresentar outro cenário, senão o de alta instabilidade. A eleição, por si só, de Suleiman Frangié já lançava desconforto nas comunidades muçulmanas, devido a sua origem rica e maronita, e por ter sido o candidato de consenso entre os setores cristãos. Do ponto de vista socioeconômico, sua administração foi marcada pela continuidade da opção ultraliberal do final dos anos 50, responsável por fazer dos serviços financeiros, comerciais e de turismo representarem 70% do PIB em 1970, em virtude da facilitação para a entrada dos capitais do Golfo. Sendo assim, apesar do crescimento econômico, as vulnerabilidades e desigualdades sociais seguiam sendo maiúsculas entre a população, em especial, muçulmana. Enquanto as receitas do petróleo se multiplicavam nos bancos libaneses, a seção xiita, predominantemente presente no sul, era a que mais sofria com a precariedade (GARI, 2006). Inclusive, segundo Traboulsi, 2007, alguns dados elucidam claramente o nível dessa disparidade, conforme trecho abaixo:

(...) In a later study in 1973, Boutros Labaki demonstrated that these ratios had been sizeably modified but remained quite uneven: 75.5 per cent Christians to 24.5 per cent Muslims in commercial firms (family firms and SARL); 67.5 per cent/32.4 per cent in industrial firms, and 71 per cent/29 per cent in the banking sector.<sup>15</sup> Conversely, among the industrial working class, 75 per cent of the workers were Muslims, Shi'a in particular, against 25 per cent Christians, though the percentage of Christian wage earners would markedly increase when it came to the services sector. Kinship relations and regionalism played an important role in employment and in maintaining a balance of power inside firms that was favourable to employers (TRABOULSI, p. 162).

Não obstante essa escalada das desigualdades, outros fatores de ordem socioeconômica e política afetaram o bem-estar nacional. O próprio modelo de desenvolvimento voltado a atração dos petrodólares, tornava o Líbano um lugar de reciclagem desse capital, sujeitando sua economia ao capital externo, e fortalecendo os monopólios e a dominação do complexo financeiro e comercial (TRABOULSI, 2007). Segundo o autor:

The commercial/financial oligarchy continued to dominate the economy. According to a survey carried out in 1973, 41 of a total of 800 families controlled the majority of shares in 103 joint stock companies in trade and services (a third of the total), accounting for 70 per cent of their turnover.<sup>2</sup> Five families among those controlled half of the country's import/export trade.<sup>3</sup> Five agents of European and American companies controlled 22 per cent of the Market for the exports of these countries, and 20 merchants controlled 85 per cent of the import of food products. Four of those families belonged to the 'consortium'. Furthermore, commercial monopoly was legally enshrined in law decree no. 134 of August 1967, which limited

commercial representation of foreign companies to na exclusive agent  
(TRABOULSI, p.157).

Esse formato também seria muito responsável pelas altas taxas de desemprego, que alcançava a média dos 10mil entre 1970-74. O grande fluxo de operações bancárias contribuía muito pouco para o setor produtivo, uma vez que a maior parte delas envolviam especulação em moeda estrangeira, empréstimos comerciais de curto-prazo, e alguns empréstimos internacionais de longo-prazo. E embora o setor industrial tenha se beneficiado desses investimentos externos, as multinacionais vieram para controlar as indústrias existentes, até para direcionar a produção para os mercados árabes. Como consequência, esse capital externo disputava a produção interna com as firmas reminiscentes, numa claramente desproporcional concorrência, além de acentuar o déficit na balança comercial, porquanto as exportações cresciam mais lentamente em relação às importações (TRABOULSI, 2007).

Interessante notar a oscilação do governo Frangié/Salam no que diz respeito a sua verdadeira orientação. Seu gabinete, composto de profissionais e tecnocratas, comprometido com a tarefa de lograr uma “revolução de cima”, para minar as possibilidades de uma “revolução de baixo” (sic), acabou renunciando um a um ao se deparar com essa estrutura oligárquica. Suas perspectivas reformistas foram todas frustradas nos primeiros 2 anos de mandato, em especial quando receberam duras ameaças de greve da Associação dos Comerciantes, após um decreto do ministro da economia, Illias Saba, com um conjunto de reformas fiscais e protetivas para a indústria nacional, bem como com a sugestão, de Emile Bitar, ministro da saúde pública, de controle de preços e fixação de taxas de lucro para fármacos. Sendo assim, conforme o governo se via impossibilitado de concretizar suas propostas de reforma, e ao mesmo tempo, de defender o território nacional das invasões de Israel pelo Sul, seu segundo gabinete, a partir de 1972 e formado agora por políticos, mostraria a força governamental através da repressão interna, especialmente em direção aos palestinos e aliados (TRABOULSI, 2007).

Não demoraria muito para que, de fato, houvesse uma mescla entre a insatisfação com o tratamento das autoridades dado à questão palestina, e as dificuldades socioeconômicas, e a esse respeito o autor esmiúça de forma muito clara:

(...) Las difíciles condiciones de vida de la comunidad chiíta y las incursiones israelíes en el sur, los empujan a emigrar de forma masiva desde el sur hasta la

capital. Cuando estas poblaciones se asientan a las afueras de Beirut toman conciencia de las grandes diferencias de clase que anidan en la sociedad libanesa. Su malestar se dirige contra el Estado y contra los sectores más pudientes del país. Expresan su descontento contra esas injusticias sociales y, también, contra la inanición del Estado en el asunto de las incursiones israelíes. Los chiítas llegan a identificar a los aparatos de estado del Líbano como responsables de la situación en el sur. Una vez asentados en las afueras de la capital, van a conformar un cinturón de población que rápidamente simpatizará con las izquierdas libanesas y con los palestinos. Este cinturón rojo será una gran reserva de activistas para las organizaciones unitarias de la izquierda, y también para las propias organizaciones chiítas, en particular Amal y más tarde Hezbolá (GARI, p.113).

Diante dessa situação, os incidentes armados começam a acontecer com mais frequência, e em três vertentes a partir dos anos 1970: Palestinos versus Israelenses, conforme Israel mantinha seus ataques aéreos no sul do Líbano, aproveitando-se da instabilidade; palestinos versus o próprio exército libanês, que passa a disputar o sul com os fedayins; e palestinos versus as milícias do Kataeb (Partido das Falanges Libanesas), a exemplo de 24 de maio do mesmo ano, em que 24 fedayins são mortos por elas (GARI, 2006). É justamente a partir desse período que o Kataeb incorporaria seu quadro de militantes e milicianos, a partir de beirute oriental (majoritariamente cristã), tendo em vista as eleições de 1972 para o legislativo, e a escalada das contendas civis (MAALOUF, 2011).

Desse modo, a divisão da sociedade libanesa seguia agrupando uma direita liberal-conservadora cristã, defensora da divisão política confessional, em torno da Frente Libanesa (FL), apoiada tácita e estrategicamente por Arábia Saudita, EUA, França, Israel e até pela Síria após 1976, e que incluía o Partido Nacional Liberal, o Kataeb (dos falangistas) e o clã Frangieh, e do Movimento Nacional Libanês (MNL), este apoiado por URSS, Líbia, Iraque e Síria, de caráter progressista, constituído de uma federação de partidos de esquerda, entre eles o Partido Comunista Libanês (PCL), o Partido Popular Sírio (PPS), o Partido Socialista Progressista (PSP) de Jumblatt, e de movimentos muçulmanos e palestinos de esquerda, críticos do sistema político e apoiadores da causa palestina (GARI, 2006).

No caso das incursões de Israel, destacam-se as de Hasbaya e a de Deir al-Achayer, as quais deixam um total de 67 mortos e 55 feridos, além de pressionar a OLP em relação às suas atividades em territórios aliados. Após o incidente em Munique, no

qual 11 atletas israelenses foram mortos, o Estado Hebreu decide contra-atacar e, desproporcionalmente, mata 118 mortos no sul do país. Como resultado, a própria Liga Árabe pressiona para a retirada das tropas da OLP na região, o que resulta na paralisação das atividades da resistência palestina (GARI, 2006).

Em outro episódio, já em 1973, a contenda se inicia com uma explosão do lado israelense, que culmina na morte dos 3 dirigentes do Fatah residentes em Beirute. Além deles, outros 4 libaneses e 40 palestinos foram mortos, somados às outras dezenas de feridos. Na ocasião, o primeiro ministro Saeb Salam pede a demissão do chefe do exército pela inércia e a conivência, mas não somente seu pedido foi rechaçado pelo presidente Frangieh, como ele mesmo acabou exonerado. Essa atitude gerava desconforto, dado os compromissos feitos no acordo com a OLP, e, a essa altura já era claro o posicionamento do governo libanês dado à questão palestina, cuja confirmação viria após o início do mês de maio do mesmo ano, quando se iniciam tiroteios entre fedayins e o próprio exército libanês nos arredores de Beirute. Noutro momento, o exército recorre também aos ataques aéreos, e bombardeia Bourj-Brajné, um campo de refugiados da periferia de Beirute. O saldo foi de 108 mortos, 234 feridos e mais de 1000 casas destruídas (GARI, 2006).

## **RECRUDESCIMENTO DAS TENSÕES E AS GUERRAS DO LÍBANO**

No seu artigo intitulado *The Historiography and the Memory of Lebanese Civil War*<sup>1</sup>, Haugbolle, 2011, se refere à guerra civil do Líbano como um conjunto de conflitos entre inconstantes alianças de grupos libaneses e atores externos, Síria e Israel em maior escala. O autor faz uma recuperação do debate historiográfico acerca do tema, e apresenta uma avaliação crítica às explicações focadas excessivamente no sectarianismo, como se fosse apenas uma violência de ordem cultural. Apesar de as identificações sectárias terem participação significativa na construção das subjetividades, o autor entende ser insuficiente recorrer somente a elas para explicar o conflito, uma vez que o arranjo institucional baseado no confessionalismo era o responsável por dividir a sociedade, produzindo uma ideia de povos separados em coexistência. Há no texto também uma menção aos conflitos regionais, como o da Palestina, a guerra fria, o nacionalismo árabe,

---

<sup>1</sup> HAUGBOLLE, Sune. *The historiography and the memory of the Lebanese civil war*, *Mass Violence & Résistance*, Sciences PO, 25 de outubro de 2011, Disponível em: <http://bo-k2s.sciences-po.fr/mass-violence-war-massacre-resistance/fr/document/historiography-and-memory-lebanese-civil-war>, ISSN 1961-989. Acesso em: 17/05/2021.

bem como às intervenções sírias e israelenses, demonstrando a presença de variáveis importantes interseccionando os conflitos comunitários (HAUGBOLLE, 2011). Nessa linha, as próximas seções investigarão justamente o papel dessas intervenções para o decorrer da guerra.

### **1975-1982: Primeira fase da guerra civil e a intervenção Síria**

O estalar da guerra civil é marcado pelo incidente de Ayn al-Rumanah, em 13 de Abril de 1975, em que 27 palestinos foram mortos por milicianos do Kataeb (HAUGBOLLE, 2011). Outras versões do ocorrido apontam para um ataque de uma milícia palestina como o início de tudo, responsável pela morte de 4 maronitas (3 dos quais eram falangistas e guardas de Pierre Gemayel) numa consagração em frente a uma igreja. Na ocasião, segundo essa narrativa, tal atentado teria desencadeado um sentimento de vendeta nos falangistas, os quais reagiram com esse de Abril de forma desproporcional, matando os 27 palestinos à bordo de um ônibus em direção a Tell al-Zatar. Independente de quem teria sido o causador da primeira agressão, dado o nível altíssimo de tensão social, um massacre geraria outro, e o ciclo de violência só aumentaria (WINSLOW, 1996).

Apesar de os conflitos serem ainda esparsos nos quatro primeiros meses, dos quais a OLP ainda se mantinha distante, as autoridades já demonstravam sinais de como a inabilidade reinante em seus comandos contribuiria negativamente para a sucessão dos fatos. Depois de um mês incessante de contendas, houve a renúncia do Primeiro-Ministro Rashid al-Sohl e a formação de um gabinete quase inteiramente formado por generais, como se já não bastasse a total parcialidade com que o exército vinha tratando o impasse entre cristãos e muçulmanos (fazendo vista grossa para as ações dos primeiros). No fim, o episódio terminaria com os sírios enviando seu Ministro de Relações Exteriores para contribuir nas negociações, trazendo uma personalidade já conhecida para o posto, Rashid Karamé, a fim de acalmar os ânimos por um tempo, ainda que parcialmente (WINSLOW, 1996).

Sendo assim, entre abril de 1975 e novembro de 1976 se seguiram uma onda de massacres, alternando entre um ciclo de *vendetas* e estratégias de formação homogênea de campos entre as comunidades. Sobre o tema, Haugbolle, 2011, disserta:

(...) Ayn al-Rumana was followed by other massacres in the so-called two-years war from April 1975 to November 1976. As Elizabeth Picard points

out, the attacks on refugee camps and villages in this period were not the product of lawlessness and militias ruling the street, although a vast number of militias were active and many areas were quite lawless. Rather, the massacres followed a logic of forming homogeneous cantons propagated by leaders such as Pierre Jumayil and Camille Chamoun, but equally – even if in retaliation – by leaders of the LNM like Kamal Jumblatt (Picard 2002: 110). The logic necessitated cleaning areas of non-Christian, or non-progressive, elements, and it sanctioned mass murder.

The killing of civilians was also motivated by a cycle of revenge, as massacre followed massacre in the two-years war. The first major incident was the Black Saturday massacre of 6 December 1975, when falangists killed between 150 (Chami 2003: 57) and 200 (Hanf 1993: 210) civilians in East Beirut. The LNM responded to Black Saturday and the ensuing massacre of civilians in the slum districts of Maslakh and Karantina on 18 January 1976, where several hundred (Hanf 1993: 211) – perhaps as many as 1,500 (Harris 1996: 162) – civilians were murdered, by bombarding and pillaging the coastal cities of Damour and Jiyé on 20 January, killing more than 500 inhabitants (Nisan 2003: 41). (HAUGBOLLE, 2011).

Segundo Maalouf, 2011, esse episódio do Massacre do Sábado Negro teria sido o primeiro caso de assassinato em massa na Guerra Civil Libanesa, e em adição ao *Black Saturday*, novos morticínios seriam testemunhados já no início do ano seguinte. Assim, em 14 de janeiro de 1976, um campo de refugiados palestinos cristãos é cercado - o campo de al-Dhubayeh -, cujos sobreviventes acabam expelidos do território por ataques conjuntos de uma milícia falangista e de outra da extrema-direita cristã. Noutro ato de limpeza étnica, os mesmos grupos armados se lançam contra Karantina e Maslakh, duas favelas nas quais foram instalados campos de refugiados palestinos (TRABOULSI, 2007). Por suas localizações serem próximas a regiões controladas pelos cristãos, a queda de ambos era premeditada, e resultou em mais de centenas de palestinos mortos em Dhubayeh, e mais de 1mil em Karantina e Maslakh (MAALOUF, 2011).

A retaliação palestina não tardaria, e em questão de pouco mais de 1 semana, forças conjuntas do MLN, da OLP e do Exército de Libertação da Palestina (milícia apoiada pela Síria) lançariam um cerco a Damour, uma cidade majoritariamente maronita, localizada na estrada que conectava Beirute à Sidon (TRABOULSI, 2007). O episódio ficaria marcado pelo total envolvimento da OLP no conflito, e pela primeira intervenção Síria no país, a partir de unidades de uma das brigadas do Exército de Libertação da Palestina (ELP), adicionando forças ao MNL, para evitar a concepção de um Estado Cristão no Monte Líbano e a consequente repartição do território (RASLER, 1983).

Importante notar que, a partir desse ponto, o próprio exército libanês se desestabiliza, em virtude do nível da violência e divisão sectária. Conforme os exercícios militares seguiam favorecendo o lado cristão, soldados muçulmanos, em especial de baixa patente, começam a desertar as forças armadas. O caso mais emblemático é a saída do



tentente Ahmed al-Khatib, em fevereiro de 1976, cujo passo seguinte foi o de formar a sua própria milícia, o Exército Árabe do Líbano (EAL), inclusive recrutando ex-soldados e se juntando às forças do MNL (WINSLOW, 1996). A ideia é replicada, e outros dois militares desertores, porém cristãos, Saad Haddad e Antoine Lahad formariam a sua própria milícia, o Exército do Líbano Livre (ELL), mais tarde o Exército do Sul do Líbano (ESL), conhecido pela brutalidade aplicada no sul do país, ao lado de Israel nas invasões de 1978 e 1982. Todo esse conjunto de deserções teria por consequência a definitiva desagregação do exército, o ingresso de mais milicianos nos embates e o aumento das hostilidades (MAALOUF, 2011).

Por outro lado, a incorporação do EAL ao MNL, a entrada da OLP na guerra, juntamente ao tímido apoio Sírio ao ELP e a al-Saika, a balança de poder se altera em favor o lado muçulmano. No mês seguinte à formação do EAL, e em conjunto com a milícia Drusa do PSP e a Resistência Palestina, esses grupos lançaram ataques coordenados para o MNL, conquistando postos e quartéis importantes no Sul do Líbano, como o de Kham e Marayun, e o de Ghanem e Tripoli ao Norte. Outros ataques lançados por forças libanesas e palestinas avançam por Zgharta e Zahleh, redutos maronitas, assim como outros direcionados ao distrito hospedeiro dos falangistas os lançam para fora do centro de Beirute. O distrito do governo da cidade foi tomado, e até a cidade de Jounieh, conhecida como a “Capital Maronita”, foi bombardeada. Ataques liderados pelos drusos foram direcionados para as regiões montanhosas no entorno da Estrada de Damasco, à sudeste de Beirute, tomando Aley e outras regiões chaves do Monte Líbano (WINSLOW, 1996). Tal avanço, apesar de significativo para Jounblatt, as forças do MNL e para a própria população muçulmana/árabe da região como um todo, paradoxalmente não atendia aos planos de Assad para o Líbano.

E para compreender esse desagrado, é necessário olhar para modificações importantes na conjuntura regional e internacional. Segundo, Winslow, 1996, o Egito do Anwar al-Sadat, a partir de 1975, não mais apoiava a política pan-arabista do Nasser, nem sua proximidade com os soviéticos, senão algo mais liberal, próximo dos EUA e dos seus aliados conservadores, como Arábia Saudita e afins. Além disso, Sadat caminhava para um desfecho de negociações de paz com Israel, fato que seria consumado nos acordos de Camp-David, em 1978.

A própria Síria nessa data já não partilhava dos mesmos princípios pró revolucionários e de esquerda do final da década de 60, sob o comando do Nur al-Din al-Atassi. A partir de novembro de 1970, os sírios passam a ser governados por Hafez al-

Assad, líder brigadeiro da ala direitista e conservadora do Baath<sup>2</sup>, e sua ascensão ocorre justamente em virtude dos efeitos da derrota na Guerra dos Seis Dias, em 1967, e a perda das colinas de Golã (MAALOUF, 2011).

Portanto, se por um lado, as forças palestinas e de esquerda viam na Síria um aliado tático lógico, por outro, Assad os enxergava como uma ameaça. A progressão das forças palestinas e do MNL, aliada à desestruturação das forças armadas e um governo que sobrevivia apenas no papel, abria portas para uma revolução democrática e laica, sob a liderança de Joumblatt, em contraposição ao autoritarismo fundamentalista sírio. Ademais, Assad enxergava a crise no vizinho dos cedros como uma moeda de negociação com os israelenses, utilizando partes do território em busca de respaldar as linhas de cessar-fogo e garantir as terras restituídas no Yom Kippur (GARI, 2006).

Desse modo, as próximas duas intervenções sírias seriam caracterizadas já pela transição do apoio Sírio em direção às Forças Libanesas com o emprego dos seus próprios recursos militares. Em abril de 1976, Assad envia um quando de aproximadamente 4mil soldados ao vizinho, justamente após o avanço meteórico da coalizão de esquerda e muçulmana liderada por Joumblatt. A intenção era forçar os mesmos a um acordo de paz, e como não houve adesão, a terceira intervenção síria ocorreria em junho do mesmo ano, com aproximadamente 15 mil soldados conduzidos desde o lado oriental do país, até às porções centrais e norte. Tais movimentos de Damasco somente se encerrariam em outubro de 1976, após a Conferência de Riyadh, na qual foram negociados o cessar-fogo e um programa de desarmamento dos grupos milicianos; a legitimidade do Acordo de Cairo; e a presença militar síria através das Forças de Dissuasão Árabe (ADF) no processo de manutenção de paz (RASLER, 1983).

Na verdade, a intervenção síria no Líbano é produto de negociações entre Síria e Israel, com mediação estadunidense. O acordo estabelecia as chamadas *red lines*, com base no rio Litani, como limite intransponível para as tropas sírias, considerando qualquer movimento para além do rio como uma ameaça à segurança do Estado Hebreu. De fato, Israel ditou os termos sob os quais a invasão ocorreria, comunicando Assad via EUA, os queriam teriam encorajado uma divisão de papéis no decorrer do processo: enquanto que Israel forneceria armamento às facções cristãs e aos falangistas, a Síria (com apoio

---

<sup>2</sup> Formado em 1947, advogava pela unidade política e a indivisibilidade econômica do mundo árabe. A defesa do nacionalismo árabe se misturava com ideias de justiça e igualdade social. O partido abriu filiais no Iraque, no Líbano, e recrutava membros em outras partes do mundo árabe, chegando na Síria por volta dos anos 1940 (DAWISHA, 2002)

saudita) atuaria como guardadora dos mesmos contra os palestinos e a esquerda, dentro dos limites pré-estabelecidos no tácito acordo (TRABOULSI, 2007). Em contrapartida, ao assegurar a aceitação de Israel frente a investida de Damasco, os EUA forçava uma nova fase no conflito árabe-israelense, de um modo geral, usando invariavelmente Assad para enfraquecer a OLP, e gradualmente conquistando sua aceitação frente ao imperialismo sionista, sobretudo após os acordos de Camp-David (FUAD, 1976).

Os efeitos dessa aliança, enfim, já seriam sentidos no mês seguinte. As eleições presidenciais foram antecipadas para 8 de maio, sob pressão política e militar da Síria, elegendo curiosamente, o candidato apoiado pelos EUA, Elias Sarkís. E, apesar da rejeição e tentativas de boicote da oposição do MNL, e até de Raymond Eddé, o candidato derrotado, os aportes de dinheiro dos EUA e da Arábia Saudita na compra de votos superaram as contestações (TRABOULSI, 2007) Contudo, é interesse notar que, do ponto de vista interno, o pleito não significaria muito tendo em vista a própria desagregação do exército, e a dificuldade de administrar um território esfacelado. Nesse caso, a manutenção do processo eleitoral, mesmo sob intervenção externa, servia mais para manter as aparências e conferir uma certa blindagem internacional.

Entretanto, a maior consequência direta do envio das tropas sírias contra os palestinos e progressistas libaneses foi a queda de Tell al-Zaatar, bastião palestino de 50 mil pessoas na zona cristã de Beirute. Com a cobertura do exército sírio, os falangistas iniciaram uma onda de ataques cruéis a esse campo de refugiados, formado por muitos palestinos e xiitas do sul do Líbano. A queda de Tell al-Zaatar, em 12 de agosto de 1976, representava não somente a virada radical da balança de poder em favor das milícias cristãs, com o suporte bélico da Síria, mas também a clara divisão da cidade de Beirute em 2 cantões: Beirute leste, de população exclusivamente cristã, e Beirute Oeste, exclusivamente muçulmana. (GARI, 2006). Com relação ao episódio, Maalouf, 2011, comenta:

Com a entrada dos Sírios no Líbano, com mais de 30mil soldados, a enorme superioridade militar do MNL e da OLP evaporou-se. Os palestinos e os “progressistas” libaneses seriam derrotados pelas milícias ‘cristãs’ no massacre de Tal al-Za’atar em agosto de 1976, com mais de 3 mil refugiados palestinos e libaneses xiitas exterminados (DEL PINO, 1989:113), num prenúncio do primeiro massacre em Sabra e Chatila, em 1982. Homens, mulheres, crianças, adultos e idosos foram assassinados pelos milicianos direitistas a sangue frio. Milhares de sobreviventes se deslocaram para os bairros de Beirute Oeste, predominantemente muçulmano. Mais de 1,5 milhão de libaneses, principalmente empresários, emigraram àquela altura para dentro e fora do país fugindo do terror das milícias (...) (MAALOUF, 2011, p.258).

Nesse sentido, é possível concluir que a possibilidade da mudança no Líbano fora abortada não por exercícios militares ou autoritarismos do governo, os quais praticamente inexistiam fora do papel, mas sim pelo seu próprio vizinho e ‘aliado’ (ao menos na retórica de Estado). A presença das tropas sírias no país foram o *turning point* da guerra de 1975-76 e, em suma, de todo projeto progressista e laico no país dos cedros.

Para piorar, após a derrota da esquerda outro problema vem à tona, apesar de logicamente esperado: a aproximação dos maronitas e as falanges com Israel. O estreitamento dessas relações já havia se iniciado em decorrência do acordo das linhas vermelhas, e agora Assad era pressionado para revogar os termos do Acordo de Cairo e desarmar a OLP, ao que respondia demandando o corte de relações com o Estado Hebreu (TRABOULSI, 2007). Importante pontuar também o *green line* dado pelo Egito ao assinar os Acordos de Camp-David com Israel, porque uma vez negociada a paz entre ambos, a neutralização da Síria era certa (MAALOUF, 2011).

Contudo, o auge desse estremecimento ocorreria ao final da chamada Operação Litani, em 1978. O marco seria o massacre de Tony Frangieh, filho do ex-presidente Suleiman Frangieh, e de sua família, em Zghorta, bastião do clã Frangieh e reduto dos Marada, maronitas pró-sírios. Não obstante, os assassinatos foram cometidos exatamente pelos falangistas, sob o comando de Bachir Gemayel, o filho de Pierre Gemayel. Assim, de acordo com Altman<sup>3</sup>, 2020, esse processo teve como efeito direto a consolidação das relações Síria-Maradas, bem como de uma relativa reaproximação Síria-OLP.

A invasão teria sido a primeira de grandes proporções executada pelo Tzahal (exército de Israel), e tinha por objetivo encerrar as bases da OLP no sul do Líbano, subindo as tropas até às margens do Rio Litani, de onde herdara o nome. Sua finalidade era conceber uma zona tampão na região, blindando assim o território israelense de contra-ataques palestinos. A operação teve sucesso relativo considerando a parcial expulsão da OLP, mas relegou um impacto político negativo, com milhares de libaneses mortos em poucos dias e muitos protestos do governo libanês, pressionando o Conselho de Segurança da ONU a adotar as resoluções 425 e 426, as quais obrigavam a retirada das tropas israelenses e a instalação das Forças Interinas das Nações Unidas no Líbano (FINUL). Todavia, as FINUL não conseguiram barrar as tropas israelenses, e embora

---

<sup>3</sup> ALTMAN, Max. Hoje na história: 1978 – Israel invade sul do Líbano para atacar tropas palestinas. Opera Mundi, São Paulo, 14 de março de 2020. Disponível em: <https://operamundi.uol.com.br/hoje-na-historia/3219/hoje-na-historia-1978-israel-invade-sul-do-libano-para-atacar-tropas-palestinas>. Acesso em: 01/07/2022.

houvesse o recuo tático, de fato, Israel manteve os seus aliados do ELL no extremo sul (ALTMAN, 2020).

A aproximação entre Israel e as Falanges tinham outro denominador comum, para além da expulsão da OLP: o interesse fechar um acordo de paz entre o Estado hebreu e o Estado libanês, e minar a influência síria sobre o último. Não à toa, em conjunto com os EUA, os israelitas não mediram esforços para a campanha de Bashir para a presidência do seu país, cuja eleição ocorreria em agosto de 1982 (ZAHREDDINE, 2020). Sobre esses movimentos, Maalouf, 2011, acrescenta:

(...) O objetivo de Gemayel era claro: unir o Líbano e expulsar os Sírios e os palestinos. Com este intuito, encetou relações cada vez mais profundas com Israel, especialmente com o ministro da defesa general Ariel Sharon. O ministro passou a visitar secreta e frequentemente Beirute nos preparativos para a realização do velho plano trabalhista de uma invasão israelense do Líbano para a imposição de um presidente cristão pró-sionista (MAALOUF, 2011, p.264).

### **1982-1990, Segunda fase: *Operação Paz na Galiléia* e os Acordos de Taef**

Para que seus estratagemas fossem aplicados, Bashir desenhava uma invasão mais profunda, para além do Litani e, principalmente, tendo Beirute como destino final. Conscientes da quase impossibilidade de uma incursão de tal proporção ser justificável, os falangistas principiam ataques às tropas sírias guardadoras de Zahle, bastião maronita entre Beirute e Damasco. O objetivo: angariar um pretexto para uma intervenção israelense, ao provocar Assad alvejando um de seus pontos estratégicos no país (MAALOUF, 2011).

A resposta síria não poderia ser diferente, e em dezembro de 1980 se iniciam os intensos bombardeios e o cerco à Zahle. Com a provocação bem-sucedida, o passo seguinte era apelar para uma intervenção israelense, que efetivamente acontece no período entre 10 e 24 de julho de 1981, bombardeando ferozmente a capital e o sul libanês, deixando mais de 300 libaneses e palestinos mortos, fato conhecido como ‘Massacre de Beirute’ (MAALOUF, 2011). Contudo, embora o desejo de uma chegada do Estado hebreu à Beirute tivesse consumado, as autoridades israelenses ainda buscavam obter aprovação estadunidense, mesmo tendo ciência de chances zero de quaisquer tipos de represálias (CASARÕES, 2012).

Como é de se esperar, o pretexto surgiu: um atentado cometido contra o embaixador israelense em Londres, Shlomo Argov. Apesar de o serviço de inteligência israelense confirmar a realização do ataque por Abu Nidal, arqui-inimigo da OLP, era o evento tão esperado por Menachem Begin, então Primeiro-Ministro, e Ariel Sharon Ministro da Defesa, para colocarem em prática a grande ofensiva em direção ao Líbano. Na ocasião, ao receber o informe do Mossad, Begin teria bradado que tratava-se da OLP da mesma forma. Assim, o gabinete israelense aprova a Operação Paz para a Galiléia, concebendo inicialmente uma investida limitada, sem prever uma captura da capital libanesa, a qual ocorreria mesmo assim, após Begin transformar sua tomada uma questão de necessidade (CASARÕES, 2012).

Segundo Gari, 2006, o assalto ao Líbano a partir de junho de 1982 tem duas fases: a primeira é o cerco à Beirute, com bombardeios contínuos entre junho e agosto; e a segunda no mês seguinte, marcada pelos Massacres de Sabra e Chatila, na zona sul-oeste de Beirute. A brutalidade com a qual o IDF partiria pode ser conferida no trecho abaixo, escrito pelo mesmo autor:

(...) La maquinaria de guerra israelí que invade Líbano en 1982 la compone 1.300 tanques, 12.000 soldados, 1.300 carros blindados, 350 ambulancias y 300 guaguas para prisioneros, 120 F15 y F16, misiles ultrasensibles, bombas de fósforo y bombas de racimo. Ambas, armas prohibidas por la Convención de Ginebra (GARI, 2006, p.132).

Nessa primeira fase, o exército israelense manteve-se centrado no seu objetivo de forçar a retirada síria e palestina. Com seus 80 mil soldados, somados aos blindados e a força aérea, Assad teve de recuar após a perda de boa parte da sua artilharia e a quase eliminação do seu sistema de defesa aéreo. A velocidade com que Israel avançava sobre o território libanês e as tropas árabes é demonstrada pela proporção de baixas, comparativamente entre OLP, sírios e israelenses, respectivamente de 12%, 2,5% e 0,5% (CALANDRIN, 2021). Não por menos, dentro de poucos dias após o início da operação, o IDF alcançaria a periferia de Beirute e lançaria o cerco à cidade, o qual permaneceria por mais 3 meses (WAKIM, 2020).

Instaladas nos arredores da cidade, essas tropas iniciam o cerco à cidade, cortando água e luz, bem como restringindo o acesso a comida, medicamentos e combustível. Durante esse período, Israel utiliza diversos tipos de bombas proibidas na convenção de genebra, conforme citação anterior, como as bombas de fragmentação e as de fósforo,

matando de forma indiscriminada, fosse civil ou guerrilheiro palestino (GARI, 2006). De acordo com o autor, o estrago seria de:

(...) Ocho mil personas libanesas y palestinas son hechas prisioneras. 17.825 son los muertos, 20.000 los heridos y 30.000 los desplazados. Las bajas israelíes ascendieron a 318 muertes, 2000 heridos, 5 desaparecidos y 11 prisioneros (GARI, 2006, p.133).

Já ao final dessa primeira fase, com ajuda das Forças Multinacionais de Paz – composta de tropas americanas, italianas e francesas - o mês de agosto de 1982 seria tanto o mês da despedida da OLP e de Arafat no Líbano, quanto o mês da alçada de Bashir à presidência libanesa. Os ‘esforços não medidos’ de Israel mencionados anteriormente, para apoiar a campanha do falangista, seriam justamente a realização das eleições num quartel e sob pressão militar (TRABOULSI, 2007).

Todavia, o mês seguinte seria o mais decisivo para o futuro de Bashir, bem como da própria invasão israelense. No primeiro de setembro, o líder das Falanges vai ao encontro das autoridades de Israel, notadamente Begin, o qual objetivava um acordo de paz semelhante aos de Camp David, ao que receberia como proposta um acordo de normalização de relações entre ambos os países. Sem nenhum consenso alcançado, a reunião terminaria em um desentendimento acalorado, e em poucas horas, a visita secreta de Bashir tornara-se pública após um vazamento intencional à imprensa (TRABOULSI, 2007).

Nem duas semanas após o insucesso encontro, Bashir foi assassinado em um atentado ao QG das falanges. Novamente, outro pretexto para mais um morticínio indiscriminado havia sido criado, e Beirute testemunharia mais um cerco de tropas do Tzahal, e a cobertura dada pelos mesmos à entrada de milicianos das FL e da ESL nos campos de Sabra e Chatila, cujo massacre levaria à morte mais de 3mil palestinos, em níveis gritantes de brutalidade (MAALOUF, 2011). Gari, 2006, traz detalhes de tal horror:

(...) A la mañana siguiente, en las calles de Sabra y Chatila, los cadáveres son colocados en fila por decenas. Centenares de mujeres fueron violadas. Familias enteras asesinadas. Descuartizamiento de cuerpos y torturas antes del asesinato. “De un lado al otro de una calle, doblados o arqueados, los pies empujando una pared y la cabeza apoyada en la otra, los cadáveres, negros e hinchados, que debía franquear eran todos palestinos y libaneses. Para mí, como para el resto de la población que quedaba, deambular por Chatila y Sabra se parecía al juego de la pídola. Un niño muerto puede a veces bloquear una calle, son tan estrechas, tan angostas, y los muertos tan cuantiosos. Su olor es sin duda familiar a los ancianos: a mí no me incomodaba. Pero cuántas moscas. Si levantaba el pañuelo o el periódico árabe puesto sobre una cabeza, las

molestaba. Enfurecidas por mi gesto, venían en enjambre al dorso de mi mano y trataban de alimentarse allí. El primer cadáver que vi era el de un hombre de unos cincuenta o sesenta años. Habría tenido una corona de cabellos blancos si una herida (un hachazo, me pareció) no le hubiera abierto el cráneo. Una parte ennegrecida del cerebro estaba en el suelo, junto a la cabeza. Todo el cuerpo estaba tumbado sobre un charco de sangre, negro y coagulado (GARI, 2006, p. 136).

Apesar de apresentado como uma reação falangista à morte de seu líder, o Massacre de Sabra e Chatila, como ficara célebre, na verdade configurava mais uma parte da estratégia de Israel para expulsar a OLP da Líbano, promovendo terror e violência. Segundo Traboulsi, 2007, a ideia era provocar um grande êxodo da população palestina, de tal ordem que uma nova balança demográfica fosse criada no Líbano, devolvendo a superioridade cristã frente ao sistema confessional.

Mais do que isso, tamanha investida no país dos cedros pretendia, para além de meramente expelir ambos Síria e OLP, o trato para com os últimos na invasão tinha por finalidade desestruturar a organização, minando sua capacidade de se manter na linha de frente pelas bandeiras palestinas. Adicionalmente, recolocar a preponderância maronita significava um passo mais próximo da assinatura de um acordo de paz, idealmente com Bashir (CALANDRIN, 2021).

Ainda no final de setembro, Amin Gemayel seria eleito presidente em condições semelhantes às do irmão, notadamente, a partir de eleições aquarteladas. Seguindo os passos deixados por Bashir, logo em seus primeiros dias prosseguiu à implementação de um plano focado em Beirute Oeste, sequestrando centenas de palestinos e muçulmanos libaneses, e terminando com o exército ocupando a região em agosto de 1983. Para o descontentamento de quem o havia apoiado, como Nabih Birri, então líder da milícia Amal<sup>4</sup>, o governo de Amin não parecia disposto a cooperar, fato que motivou a transição do Amal novamente para a oposição (TRABOULSI, 2007).

Na sequência, enquanto Israel e EUA pressionavam Amin para um acordo de paz em moldes já conhecidos, Assad valia-se do apoio militar soviético e de suas alianças com os mesmos shiitas do Amal, e os Druzos - agora liderados por Walid Joumblatt -, para iniciar sua contraofensiva. A partir de 1983, essa coalizão seria capaz de expulsar os falangistas das FL e o próprio exército libanês do Chouf e do Monte Líbano, em um

---

<sup>4</sup> Segundo Maalouf, 2011, o Amal era uma milícia xiita chefiada pelo aiatolá Musa al-Sadr que lutou timidamente ao lado do MNL durante o início da guerra. Por serem pró-damasco, foram transformados em um braço armado sírio no Líbano, romperam com o MNL e passaram a lutar contra a OLP imediatamente após a virada de jogo síria.



episódio conhecido como a batalha das Montanhas. Por ser concomitante à recolhida de Israel para o sul, uma nova investida à capital libanesa seria feita em favor dessa coalizão liderada pela Síria, forçando a retirada das forças multinacionais, e o consequente cancelamento do acordo de paz com o Estado hebreu (WAKIM, 2020). Como resultado, Rashid Karamé retornaria para o posto de Primeiro-ministro, a fim de formar um governo de concertação, arranjando, porém, maior oficialidade às contendidas confessionais, ao introduzir nos postos do governo os principais líderes das milícias em conflito (MAALOUF, 2011).

Posteriormente, agravando ainda mais o quadro de quebra de institucionalidade, no ano de 1987 as autoridades seriam surpreendidas com o assassinato de Rashid Karamé, após sofrer um atentado no helicóptero no qual viajava. Salim al-Hoss, seu sucessor e também pró-sírio, não alcançava um consenso com o general Michel Aoun, substituo e herdeiro das funções de Gemayel. Tanto no plano interno, como externo, o general obteve reputação melhor em relação a Hoss, ao bloquear as entradas ilegais de armamentos para os grupos armados cristãos, bem como pelo combate às tropas sírias novamente em Beirute. Contudo, essa batalha contra a Síria, processo batizado por ele mesmo de “Guerra de Liberação”, não permitia conversas amistosas com Assad para a construção de um acordo de paz, no qual até a Liga Árabe se punha à disposição. Nesse ínterim, os EUA e Arábia Saudita decidem apartar Aoun das negociações, e se aproximar da Síria, firmando em finais de 1989, os acordos cujas bases formariam o “novo pacto nacional”: os acordos de Taef (MAALOUF, 2011).

Os acordos concebiam a redução dos poderes do presidente, em detrimento do aumento daqueles do Primeiro-Ministro, bem como buscavam assinalar uma divisão confessional igualitária de cadeiras no Parlamento, de 5 para 5, aceitando ainda a demanda síria de estabelecer relações privilegiadas com o Estado sírio, e exigindo o desarme de todas as milícias, à exceção do Hezbollah que combatia as tropas israelenses no sul do Líbano. Vale ressaltar, também, a completa ausência de um dispositivo sobre a presença militar tanto de Israel quanto da própria Síria (ZAHREDDINE, 2020). Portanto, mais uma solução inviável havia sido imposta ao Líbano, ao manter a distribuição confessional e territorial do país, sem obviamente questionar ou discutir quaisquer das demandas históricas da população da região, muito menos no que tange às ações de Israel. Não menos óbvio, por fim, tem sido o prolongamento da guerra do Líbano, porquanto o território perpetuava a intersecção de interesses escusos nas tratativas sobre o território do país dos cedros.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Desde o domínio Otomano, a região do Líbano se caracterizava por uma forte pluralidade étnica e cultural. Houve sim combates, em especial, aqueles da segunda metade do XIX. Porém, para compreender o aprofundamento e a longevidade de tais disputas, é necessário entender as políticas coloniais e os interesses europeus na base das ações de França e Inglaterra na região. Assim como na Palestina, muçulmanos, cristãos, judeus conviveram durante eras na região, alternando entre períodos de maior estabilidade e outros de mais harmonia. É bem verdade, também, que o desenvolvimento capitalista, aliado à evolução dos poderios bélicos, para proteção dos interesses burgueses impõe uma diferença significativa no nível dos escombros deixado guerra após guerra. Contudo, impressiona o foco e as análises das coberturas midiáticas, os quais recaem forte e quase exclusivamente sobre as diferenças confessionais, como se a diversidade étnica e cultural pura e simplesmente fosse a causa de guerras e morticínios.

Sem olhar a questão colonial, qualquer análise relacionada ao Oriente Médio provavelmente parecerá superficial. No caso Libanês, a França fez questão de manter e aprofundar a permanência do Sistema Confessional à época dos mandatos da Sociedade das Nações, respaldando a preponderância Maronita na distribuição política, justamente uma das fontes de muitos conflitos no Líbano contemporâneo. Portanto, se por um lado, não é possível dissociar a violência entre as comunidades das intromissões e interferências coloniais, é necessário apartar o Confessionalismo, ou seja, o sistema de repartição do poder público no Líbano com base nas comunidades, da própria diversidade religiosa em si. Uma vez que, o compartilhamento de poder distribuía cadeiras no parlamento conforme a relação demográfica, a janela de “oportunidade” para exploração colonial (e, mais tarde, de outras potências regionais) estava lançada.

Assim como fizeram França e Inglaterra, os vizinhos libaneses do sul e nordeste repetiram a fita. Maronitas, drusos, xiitas, sunitas, ortodoxos, todos veriam o país ser mergulhados no caos, enquanto Síria e Israel se utilizavam das diferenças confessionais para fazer valer suas estratégias de dominação. No caso sírio, pesava sobre Assad o isolamento regional, a superioridade militar dos israelenses, e o próprio caráter conservador de seu governo, frente aos anseios revolucionários e progressistas da esquerda libanesa, aliada dos palestinos e muçulmanos na guerra civil do Líbano. Por outro lado, as ambições do Estado hebreu também são bem conhecidas, a saber a clara intenção de controlar a transição governamental no Líbano, para um governo cristão

aliado de Begin e Sharon. Do ponto de vista geopolítico, autoridades libanesas aliadas cercariam as linhas limítrofes ao lado de Jordânia, Egito (após os Acordos de Camp-David), e Síria (dificilmente se aventuraria sozinha), resguardando as fronteiras de investidas terrestres. Em relação à OLP, conforme demonstrado no texto, Sharon não se contentava com uma pura e simples expulsão palestina do Líbano, senão, com uma completa liquidação do sonho palestino para a solução de dois Estados. No caso, a resposta israelense era a de apenas um Estado, e esse era o próprio.

Tendo em vista os problemas advindos do Sistema Confessional, mais as intervenções coloniais e regionais, é possível concluir adicionalmente que a Guerra do Líbano (não sendo meramente uma guerra civil, dado o nível de envolvimento das potências regionais) foi uma continuidade de uma guerra imperial e colonial contra o mundo árabe, que se inicia na Palestina com a criação do Estado de Israel, e se dissipa por todo o Oriente Próximo.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALTMAN, Max. **Hoje na história: 1978 – Israel invade sul do Líbano para atacar tropas palestinas**. Opera Mundi, São Paulo, 14 de março de 2020. Disponível em: <https://operamundi.uol.com.br/hoje-na-historia/3219/hoje-na-historia-1978-israel-invade-sul-do-libano-para-atacar-tropas-palestinas>. Acesso em: 01/07/2022.

CALANDRIN, Karina Stange. **Processo decisório de política externa e *groupthink*: a operação “Paz para a Galiléia” na Guerra do Líbano de 1982**, 2021. Dissertação (Doutorado em Paz, Defesa e Segurança Internacional) – Instituto de Políticas Públicas e Relações Internacionais, UNESP, 2021;

CASARÕES, Guilherme. **Identidade nacional, política externa e guerra: a “Operação Paz para a Galiléia” revisitada**. Associação Brasileira de Relações Internacionais, vol.7, n.2, jul-dez 2012, p.99-116;

DAWISHA, Adeed. **Arab Nationalism in the Twentieth Century. From triumph to despair**. New Jersey, Princeton University Press, 2002;

FARIS, Fuad. **The Civil war in Lebanon**. Race & Class, 1976, vol.18, iss.2;

GARI, Domingo. **Historia Contemporánea del Líbano. Confesionalismo e política (1840-2005)**. La Laguna, Sociedad Latina de Comunicación Social, 2006;

HAUGBOLLE, Sune. **The historiography and the memory of the Lebanese civil war, Mass Violence & Résistance**, Sciences PO, 25 de outubro de 2011, Disponível em: <http://bo-k2s.sciences-po.fr/mass-violence-war-massacre-resistance/fr/document/historiography-and-memory-lebanese-civil-war>, ISSN 1961-989. Acesso em: 17/05/2021.

JUNIOR, José Ailton Dutra. **O Líbano e o Nacionalismo Árabe (1952-1967): O Nasserismo como projeto para o mundo Árabe e seu impacto no Líbano**, 2014. Dissertação (Mestrado em História Econômica) – Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2014;

MAALOUF, Ramez Philippe. **Geoestratégias em confronto no Líbano em Guerra (1975-90)**, 2011. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana) – Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2011;

RASLER, Karen. **Internationalized civil war: A Dinamic Analysis of the Syrian Intervention in Lebanon**. The Journal of Conflict Resolution, vol.27, no.23, p.421-456, 1983;

TRABOULSI, Fawwaz. **A History of Modern Lebanon**. London, Pluto Press, 2007;

WAKIM, Jamal. **The Lebanese Civil War and the Syrian Intervention in Lebanon until 1990, an alternative perspective**. Práxis e Hegemonia Popular, Marília, SP, v.5, n.7, p.141-157, 2020;

WINSLOW, Charles. **Lebanon. War and Politics in a Fragmented Society**. London, Routledge, 1996;

ZAHREDDINE, Danny. **Do Pequeno ao Grande Líbano: os desafios contemporâneos da República Libanesa**. Conjuntura Internacional, Belo Horizonte, ISSN 1809-6182, v.17 n.2, p.29 - 47, ago. 2020;

ZISSER, Eyal. **Lebanon. The Challenge of Independence**. London, I.B. Tauris & Co Ltd, 2000.